

# Economistas temem pelo futuro

Nuvens negras rondam a economia brasileira após a euforia do Plano Cruzado. Pelo menos é esta a opinião dos membros do Conselho Federal de Economia, reunidos no Hotel Nacional, tendo à frente o presidente do conselho, Renato Ilgenfritz da Silva, e os presidentes dos conselhos regionais. Do plano mesmo, eles só enxergam uma herança positiva, assim mesmo preservada apenas como promessa: a de que a renda real do trabalhador será sustentada dentro do contexto de um crescimento econômico sustentado.

Para os economistas, o maior obstáculo ao sucesso do plano foram as visões exageradamente otimistas, que impediram a adoção das reformas que se faziam necessárias. A primeira delas foi o entendimento de que a nossa inflação era somente inercial e que, portanto, a partir do Plano Cruzado ela seria nula. A segunda foi a de que o País passara a gerar superávits comerciais capazes de garantir o pagamento da dívida. A terceira, à proximidade das eleições de novembro, com as inevitáveis pressões políticas, gerou a pá de cal do processo reformista.

A visão otimista do superávit comercial e a manutenção, até recentemente, dos saldos externos, inibiu o amadurecimento do processo de renegociação da dívida. "Não há porque enganar-se, — prossegue Ilgenfritz — "sobre o diagnóstico que os economistas de oposição já faziam desde fins dos anos 70. A dívida externa é a questão central em que se afoga a atual política econômica e o seu enfrentamento tardio é incapaz de

restaurar a nossa capacidade de importar as máquinas e os equipamentos necessários ao crescimento econômico".

Os economistas advertem que as contradições presentes na política econômica a partir de agosto só fizeram agravar a situação. De um lado, a taxa de juros elevada a níveis excessivamente altos; de outro, pretendia-se o crescimento do País e a sua atualização tecnológica, sem apresentar-se uma proposta de política industrial que sinalizasse, com clareza, as expectativas para a retomada dos investimentos públicos e, notadamente, os privados. Ao lado disto, pretendeu-se cortar gastos públicos via subsídios, quando a sua razão principal reside nos altos encargos financeiros provenientes da dívida interna.

O Conselho Federal de Economia constata que em várias áreas do setor público teve início um movimento de privatização, no sentido preciso de conversão de alguns serviços públicos concedidos a empresas públicas, em serviços públicos concedidos à empresa privada. Dada a escassez de oportunidade de inversão ao alcance do setor privado, das limitações financeiras e da brutal elevação da taxa de juros, que reflete a precariedade do estado como devedor, o conselho vê neste movimento apenas um caminho para a retomada do investimento privado. Entende, ainda, que a economia aguarda uma presença mais decisiva de ações de propriedade estatal nas bolsas de valores.

"A irmã gêmea da dívida interna — a dívida externa — exige um enfrentamento inequívoco.

2 MAR 1987

JORNAL DE BRASIL